

Concretização do PNI2030 é prioritária



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI
– Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

O Governo apreciou e remeteu para Assembleia da República, na passada semana, o Programa Nacional de Investimentos (PNI2030), o qual, de acordo com o Executivo, reflete um amplo consenso em torno de prioridades de investimentos infraestruturais nos setores da Mobilidade e Transportes, Ambiente e Energia. Esta é uma matéria da maior importância por três razões fundamentais.

Em primeiro lugar, porque é imprescindível para o desenvolvimento coletivo de Portugal e constitui um instrumento orientador para o tecido empresarial do Setor que é essencial para a necessária programação da atividade das empresas e do emprego por estas assegurado.

O Programa Nacional de Investimentos 2030 tem de ter uma calendarização transversalmente assumida, para que possa ser efetivamente concretizada

Em segundo lugar, porque, apesar da recuperação dos volumes de contratos de empreitadas de obras públicas verificada em 2016 e 2017, o ano 2018 não correspondeu às expectativas em matéria de investimento público. Efetivamente, nos primeiros dez meses do ano, registam-se quebras de 15% e de 7%, nos concursos

promovidos e contratos celebrados, respetivamente, o que significa que, se nada for feito, Portugal continuará a divergir de uma Europa que aposta, precisamente, no investimento, para garantir o

desenvolvimento económico sustentado e a competitividade da economia.

Em terceiro lugar, e não menos importante, porque o futuro de Portugal não pode ser permanentemente adiado e sujeito à imprevisibilidade dos ciclos eleitorais.

Veja-se o que sucedeu com o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) para o horizonte 2014-2020, iniciado pelo anterior Governo e reconhecido pelo atual, e que calendarizou um conjunto importante de investimentos nos setores ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aeroportuário-logístico, bem como nos transportes públicos de passageiros, cuja premência foi amplamente reconhecida por toda a sociedade portuguesa. Hoje, a realidade mostra que existe um grande desfasamento entre a calendarização e a execução.

É necessário, por isso, sentido de responsabilidade dos Partidos com assento na Assembleia da República, pois a competitividade e o desenvolvimento sustentável da economia, a coesão social e territorial, a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens e a comportabilidade financeira do investimento público, são objetivos que têm de ser sustentados em decisões consensuais e suprapartidárias. O compromisso com o futuro tem de ser uma realidade, na qual os principais partidos têm de estar empenhados.

Neste sentido, o Programa Nacional de Investimentos 2030, tem de ter uma calendarização transversalmente assumida, para que possa ser efetivamente concretizada.